

Governo do Estado não vai pagar a militares cedidos

Lei sancionada pelo governador permite os convênios, desde que órgãos paguem para usar PMs da ativa. Deputados são contra

Rodolpho Paixão
Brunella França

O pagamento feito a policiais militares da ativa cedidos a órgãos públicos passará a ser de responsabilidade exclusiva de poderes e instituições que estiverem fazendo uso desse serviço e não mais da Polícia Militar, como acontece atualmente no Estado.

A decisão faz parte da Lei Complementar 845, sancionada parcialmente ontem pelo governador Paulo Hartung (PMDB). Ela só permite atuação de militares da ativa em outros órgãos se houver previsão dentro do quadro da PM e se os custos forem pagos por órgão em que o policial irá prestar o serviço.

“Não importa quem vai pagar, o que importa é o povo ficar sem segurança. O dinheiro vai sair do contribuinte do mesmo jeito”, disparou o deputado estadual Euclério Sampaio (PDT), em crítica ao Projeto de Lei Complementar (PLC).

Proposta pelo governo, a medida tem o intuito de regularizar as assessorias militares, tema de matéria divulgada com exclusividade por **A Tribuna**, em outubro, quando seis policiais militares recebiam até R\$ 17 mil mensais por consultoria à Assembleia Legislativa.

À época, o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, anunciou o retorno de cinco dos PMs a seus batalhões de origem, despertando críticas de deputados e denúncias de outros policiais em situação irregular.

A cessão de policiais ao Tribunal



POLICIAIS EM FRENTE À ASSEMBLEIA: Casa contou com consultoria de militares, que recebiam até R\$ 17 mil por mês

de Justiça, Ministério Público e a autoridades foram confirmadas pelo secretário, em depoimento à Comissão de Segurança da Assembleia.

No dia 7 de novembro, os deputados aprovaram o projeto do governo, determinando o fim das assessorias militares, e incluíram a proibição de convênios de cessão de PMs da ativa a outros órgãos. Emenda que foi vetada pelo governador, ontem, no Diário Oficial.

“Ainda não recebi o comunicado do veto. Mas será o primeiro item da pauta em fevereiro”, disse o presidente da Casa, Theodorico Ferraço (DEM). O veto parcial vai tramitar pelas comissões de Justiça e da Segurança.



A TRIBUNA divulgou com exclusividade

Veto pode ser derrubado

O veto do governo à emenda dos deputados que proíbe o convênio entre a Polícia Militar e órgãos para cessão de militares da ativa gerou críticas de deputados, que pretendem barrar a medida.

“Eu tenho certeza de que pela Comissão de Segurança isso não passa. Temos policiais da reserva para suprir a necessidade dos órgãos”, defendeu Gilsinho Lopes (PR), um dos autores da emenda.

Deputado e policial reformado, Josias da Vitória (PDT) também se disse contra o veto parcial. “Se quisesse fazer o correto, que corrigisse logo tudo”, criticou.

O parlamentar ainda sugeriu uma saída aos órgãos que precisassem de militares para investigações, como é o caso do Ministério Público: “Se precisar para uma operação, basta combinar com o comandante da PM e o militar vai dentro da sua escala. Ficar à disposição é contra lei”, disse.

Euclério Sampaio (PDT) disse que a população será a maior atingida negativamente com o veto do governo. “O bem maior é a segurança do povo. Há uma defasagem de pessoal muito grande e o policial vai continuar sendo babá de autoridade”, disparou.

Fundão põe voto secreto na pauta

A Câmara de Vereadores de Fundão decide hoje, às 19 horas, em sessão extraordinária, se a eleição para a Mesa Diretora volta a ser através do voto secreto.

O projeto de resolução é do vereador Marcos dos Santos (PRB) e foi lido em plenário no último dia 15, durante a última sessão ordinária da Câmara.

“Eu e mais três colegas decidimos que isso poderia voltar, porque já foi voto secreto antes. Nós entendemos que isso não atrapalha na eleição da Mesa. Não é por querer esconder alguma coisa, mas porque nós achamos que seria mais viável”, afirmou o autor da proposta.

Segundo Marcos dos Santos, a alteração no regimento interno deve ser aprovada. “Nós já conta-

mos com sete votos”, garantiu.

Já a vereadora Angela Maria Coutinho Pereira (PV) disse que é contra a aprovação do projeto de resolução. Segundo ela, há interesses políticos envolvidos devido à situação eleitoral não resolvida no município.

“Isso é uma articulação política da base aliada ao Adriano (Ramos), que perdeu a eleição e mesmo assim foi diplomado. Como eles têm minoria, querem fazer um jogo para ver se, no voto secreto, conseguem fazer a presidência da Câmara”, avaliou.

A eleição da nova Mesa Diretora da Câmara de Fundão ganha contornos mais importantes visto que há a possibilidade de o próximo presidente da Casa assumir a prefeitura do município de forma in-

terina, caso seja necessário realizar novas eleições no município.

O candidato mais votado em Fundão, Anderson Pedroni (PSD), que alcançou 8.564 votos, concorreu com seu registro indeferido por ter tido suas contas rejeitadas referentes ao período em que foi prefeito interino, em 2011. Ele tenta, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), reverter o caso a seu favor.

Na última sexta, Adriano Ramos (PMN), que alcançou 1.866 votos, foi diplomado pelo juiz eleitoral Alcemir dos Santos Pimentel como prefeito eleito de Fundão.

Pedroni entrou no Tribunal Regional Eleitoral do Estado com um mandado de segurança contra a diplomação de Ramos, e ainda aguarda sentença do juiz de Direito Aldary Nunes Junior.



PEDRONI teve registro indeferido

A RESPOSTA DE CADA UM

Tribunal de Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Annibal de Rezende Lima, disse, por nota, que o Judiciário tem atividades que só podem ser exercidas com apoio de policiais militares da ativa. Ele afirmou ainda que deverá discutir com o Executivo as circunstâncias em que a PM continuará prestando sua colaboração e apoio institucional ao TJ.

Ministério Público

O Ministério Público do Estado informou, por nota, que vai analisar com maior precisão a lei sancionada e verificar a melhor forma de tratar a questão, uma vez que a atuação de policiais militares é imprescindível para o desenvolvimento de atividades institucionais, principalmente aquelas ligadas ao trabalho do Grupo de Atenção Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Sec. da Segurança

O secretário de Segurança Pública e Defesa Social, André Garcia, destacou, por nota, que a lei vai resultar no retorno dos policiais militares que estão atuando no Ministério Público e no Judiciário. O secretário informou que a Sesp concluiu os convênios para a substituição dos militares da ativa por PMs da reserva, pagos por cada órgão.

Mudança em Viana causa confusão

Um projeto substituindo servidores efetivos por comissionados no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Viana (Iprevi) vai à votação hoje, às 16h, na Câmara da cidade.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Idomar Passamai (PSDB) disse que irá suprimir artigos propostos pelo prefeito Gilson Daniel (PV). “Vou seguir o estatuto dizendo que a direção seja ocupada por efetivos”, disse Idomar.

Uma mobilização entre os servidores do instituto terá início em uma reunião, às 10h de hoje.

A assessoria da prefeitura informou que indicações garantirão a sobrevivência do Iprevi.